

Superior Tribunal de Justiça

**TutPrv no RE nos EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 19.230 - DF
(2012/0205935-5)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
REQUERENTE : UNIÃO
PROCURADOR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO : ELIAS TEIXEIRA DA COSTA
ADVOGADO : EDSON DA SILVA COSTA - RJ103308

DECISÃO

Cuida-se de pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela União, que se encontra sobrestado em razão da existência de repercussão geral da matéria, qual seja, a possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada violação direta do texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública, quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1.999 (**Tema 839**). Veja-se:

Direito Constitucional e Administrativo. Segurança concedida para declarar a decadência de ato da Administração por meio do qual se anulou portaria anistiadora. Análise quanto à existência ou não de frontal violação do art. 8º do ADCT. Julgamento de tese sobre a possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta do texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei n.º 9.784/99. Matéria dotada de repercussão econômica e jurídica. Questões suscetíveis de repetição em inúmeros processos. Repercussão geral reconhecida. (RE 817.338 RG, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 8/10/2015.)

Narra a União que, paralelamente ao *mandamus* a que se refere esta petição, "a parte autora impetrou outro Mandado de Segurança, já em fase de execução número ExeMS 11799/DF, apontando omissão do Ministro de Estado da Defesa quanto ao pagamento do valor retroativo previsto na portaria de anistia. A ordem foi concedida pela C. Seção do STJ, que condenou a União a cumprir a reparação econômica pelo valor nominal" (fl. 1.114).

Transitado em julgado o acórdão, deu-se início à execução do MS 11891/DF, tendo sido expedido o Precatório de nº 1912/DF.

Afirma a peticionária que a única forma de sustar a expedição da requisição de pagamento seria mediante a concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela União neste mandado de segurança.

Ressalta que o Supremo Tribunal Federal tem vários precedente afastando a aplicabilidade da decadência prevista no art. 54 da Lei nº 9.784/99 quando trata a Administração de invalidar atos flagrantemente inconstitucionais.

E o Conselho Nacional de Justiça dispõe, no parágrafo único do art. 91 do seu Regimento Interno, que o direito à revisão dos atos administrativos está sujeito ao prazo decadencial de cinco anos, salvo quando houver afronta direta à Constituição Federal.

Requer, pois, "i) a concessão de medida liminar *inaudita altera pars*,

Superior Tribunal de Justiça

para atribuir efeito suspensivo ao sobrestado recurso extraordinário por ela interposto nestes autos tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos no art. 995, parágrafo único, do CPC/2015; ii) ao final, o julgamento de procedência deste pedido para que se conceda efeito suspensivo ao recurso extraordinário da União, até seu julgamento final" (fl. 1.123).

É o relatório.

Cumpra registrar, de início, que o recurso extraordinário interposto pela requerente encontra-se sobrestado, sendo certo que a Suprema Corte reconheceu a existência de repercussão geral a respeito da aplicação ou não do prazo decadencial para a anulação da concessão de anistia (tema 839/STF).

Desse modo, estando sobrestado o presente recurso extraordinário, compete a esta Vice-presidência examinar a presença dos requisitos necessários à atribuição de efeito suspensivo ao acórdão recorrido.

Posto isso, é cediço que a concessão de efeito suspensivo exige a presença cumulativa de *fumus boni juris*, consistente na possibilidade de êxito do apelo extremo, e de *periculum in mora*, que requisita a demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação decorrente de demora no deslinde do processo.

E, no presente caso, estão suficientemente evidenciados os requisitos necessários à concessão de efeito suspensivo ao recurso, notadamente a fumaça do bom direito, tendo em vista o acolhimento de repercussão geral no RE 817.338/DF, relativamente ao tema posto em exame.

Com efeito, tramitam nesta Corte dois mandados de segurança impetrados pela parte ora requerida. Um, referente ao pagamento de parcelas retroativas da reparação econômica devida àqueles que tiveram reconhecida sua condição de anistiado político, e outro, no qual se discute a possibilidade de anulação do ato administrativo de anistia.

O *mandamus* relativo ao pagamento do valor retroativo está em sede de execução, sendo certo que, em diversos casos semelhantes, o juízo da execução tem indicado que a suspensão do feito executório depende da concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela União nos autos do mandado de segurança que discute a ocorrência ou não de decadência do direito de anular a portaria anistiadora.

No julgamento do Tema 839, a controvérsia a ser enfrentada pela Suprema Corte se refere à compatibilidade da portaria anistiadora com o disposto no art. 8º do ADCT, bem como se as situações flagrantemente inconstitucionais podem ser superadas pela incidência da decadência (art. 54 da Lei nº 9.784/99) ou se a Administração pode rever seus atos contrários à Constituição Federal a qualquer momento.

De salientar que, não obstante este Superior Tribunal de Justiça venha decidindo pela incidência do instituto da decadência em casos semelhantes, são muitos os precedentes do Pretório Excelso no sentido da possibilidade de a Administração Pública corrigir seus atos quando eivados de inconstitucionalidade.

Outrossim, é evidente a existência de risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, tendo em vista que, caso efetuado o pagamento à parte agravante, as chances de o montante retornar aos cofres públicos, na hipótese de ser reconhecida a validade da anulação da anistia, é ínfima.

Nesse contexto, é razoável a concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário da União de modo a possibilitar que o pagamento dos valores retroativos da anistia aguarde a definição sobre a ocorrência ou não da decadência do direito de anulação do ato administrativo.

Superior Tribunal de Justiça

Destaque-se, por oportuno, que a decisão não tem o condão de restabelecer a portaria anulatória da anistia com a consequente interrupção do pagamento mensal continuado, tão somente visa a evitar o pagamento de montante retroativo considerável enquanto não há decisão definitiva sobre a validade do ato administrativo.

Assim, diante da possibilidade de eventual reforma do acórdão recorrido com o julgamento do Tema nº 839/STF, mostra-se prudente **atribuir-lhe efeito suspensivo** até o julgamento do RE nº 817.338/DF pelo Supremo Tribunal Federal **para o fim de possibilitar a suspensão do pagamento dos valores retroativos da anistia**.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.029, § 5º, inciso III, do CPC, **defiro o pedido de liminar para atribuir efeito suspensivo** ao presente Recurso Extraordinário, nos termos da fundamentação supra, até o julgamento do RE nº 817.338/DF (Tema 839/STF).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

